

Eixo Temático

7. Educação Especial na Educação no Campo

Título

EDUCAÇÃO NA DIVERSIDADE AMAZÔNICA: O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE ESTUDANTES COM NEE NA ESCOLA RIBEIRINHA

Autor(es)

Mestranda: Francisca Keila de Freitas Amoedo
Érica de Souza e Souza
Ana Caroline Ribeiro Silva

Instituição

Universidade do Estado do Amazonas

E-mail

keilamoedo@hotmail.com
souza-ae2011@bol.com.br
anacarol16@live.com

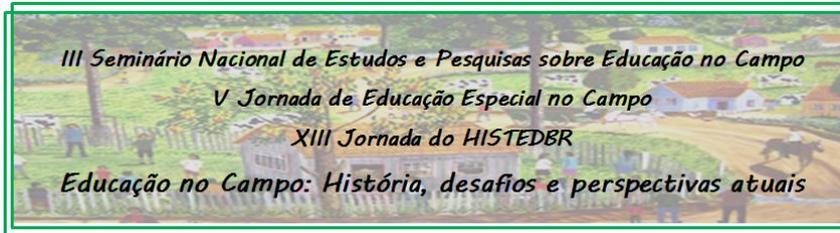
Palavras-chave

Atendimento Educacional Especializado; Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais e Escolas Ribeirinhas

Resumo

O Atendimento Educacional Especializado-AEE se constitui em um desafio para as políticas públicas e para as escolas do campo inclusivaem nosso país, e na Amazônia está situação é alargada pela complexidade, singularidade e geografia da região, pelas condições de infraestrutura e matérias das escolas e formação docente insuficiente. Com a finalidade de aprofundar os estudos sobre essa temática nas escolas do campo, o referido estudo tem como objetivo refletir sobreo atendimento especializado de estudantes com necessidades educacionais especiais na escola ribeirinha. A pesquisa foi desenvolvida com recursos do “Programa Novos Talentos”, vinculado à coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A mesma encontra-se ancorado nos escritos de Brasil (2008, 2010, 2011); Gomes (2010); Mantoan (2002), Caldart (2003) entre outros autores. A abordagem metodológica do estudo está apoiada na pesquisa qualitativa (Sandín Esteban, 2010), tendo como instrumentos de coleta de informações a observação direta e a entrevista semiestruturada que foi realizada com (2)

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



dois professores que atuam na sala do AEE. As observações revelam que as escolas ribeirinhas vem cumprir o papel educacional que traz a inclusão como fator importante para o processo, e mais que isso a escola realiza o AEE, embora na escola Nossa Senhora das Graças à sala de recursos multifuncional também esteja sendo utilizada para o reforço escolar. Portanto, apontamos a necessidade de melhores condições de infraestrutura física e material para os espaços onde ocorra o AEE, formação inclusiva afirmativa para os professores e políticas públicas inclusivistas que possibilitem uma educação emancipadora para esses sujeitos históricos concretos que residem no campo e que encontram nas escolas ribeirinhas uma oportunidade para desenvolver todas as suas potencialidades.

Texto Completo

Considerações Iniciais

A Educação do Campo, assim como a Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Amazônia se constitui em lutas pela garantia de direitos e igualdade de oportunidade ao acesso à educação básica de crianças, jovens, homem, mulheres e idosos historicamente excluídos do processo educacional.

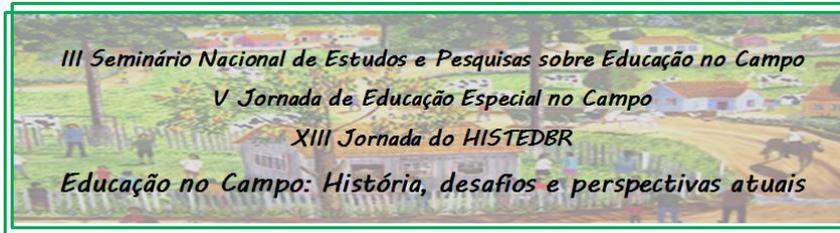
O Movimento por uma Educação do Campo defende uma educação para o povo brasileiro que trabalha e vive no e do campo, e esta educação precisa dialogar com a pedagogia crítica, com o objetivo político de emancipar os sujeitos e lutar por justiça e igualdade social (CALDART, 2004). Nesse sentido, a inclusão dos educandos com necessidades especiais no processo educacional em escolas ribeirinhas está dentro da luta do próprio movimento social.

Na Amazônia uma Educação do Campo que atenda as necessidades educacionais especiais da pessoa com deficiência representa um grande desafio. Em meio às tantas dificuldades encontradas para a efetivação de um ensino nesse contexto numa perspectiva inclusiva que seja de qualidade, o Atendimento Educacional Especializado-AEE é um tema que merece ser debatido e problematizado.

O AEE se constitui em um desafio para as políticas públicas e para as escolas do campo em nosso país, e no contexto amazônico está situação é alargada pela complexidade, singularidade e geografia da região, pelas condições de infraestrutura e matérias das escolas e formação de professores insuficiente, entre outras questões.

No texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a interface da educação especial deve acontecer em consonância com a

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



educação indígena, do campo e quilombola, onde as mesmas devem assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008).

Com a necessidade de aprofundarmos os estudos sobre essa temática nas escolas do campo, o referido estudo tem como objetivo refletir sobre o atendimento especializado de estudantes com necessidades educacionais especiais na escola ribeirinha.

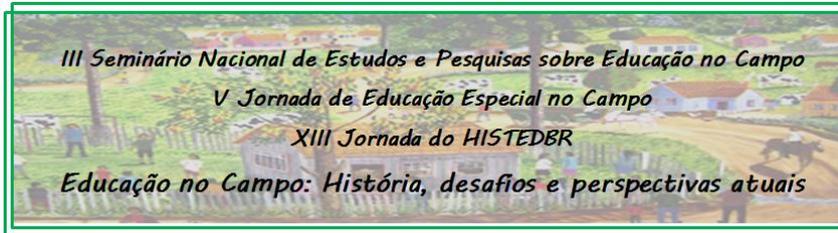
O estudo encontra-se ancorado nos pressupostos da abordagem qualitativa, que trata da compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais (SANDÍN ESTEBAN, 2010). A referente pesquisa foi realizada no dia 21 de maio de 2015 durante uma visita as comunidades “Santo Antônio do Tracajá” e “Maranhão”, duas comunidades ribeirinhas localizadas no município de Parintins, pertencente ao Estado do Amazonas, cuja área de unidade territorial é 5.952,390 (Km²) e possui a população com mais de 100, 000 habitantes estimada pelo último censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

O lócus de investigação foi às escolas Luiz Gonzaga e Nossa Senhora das Graças que ofertam a educação numa perspectiva inclusiva. Para a coleta das informações foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 2 (dois) professores do atendimento educacional especializado, sendo 1 (um) de cada escola investigada, bem como a observação direta in lócus.

O presente estudo traz num primeiro momento uma composição teórica que discorre sobre o que é o Atendimento Educacional Especializado e os desafios e perspectivas do mesmo em escolas ribeirinhas da Amazônia (BRASIL, 2008, 2010, 2011; GOMES, 2010; MANTOAN, 2002; CALDART, 2003) e, posteriormente num segundo momento, apresenta o diálogo tecido com os professores do AEE das escolas ribeirinhas investigadas.

Assim, esperamos que os resultados deste estudo possam contribuir para novas discussões sobre o AEE nas escolas ribeirinhas na Amazônia Parintinense, bem como com a luta por políticas inclusivistas de caráter afirmativo, que garanta o acesso e permanência da escolaridade da pessoa com deficiência que reside nesse contexto.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



O Atendimento Educacional Especializado-AEE

Pessoas com necessidades especiais por muito tempo foram alvos de discriminações, onde não havia nenhum meio que contribuísse para estas expressarem suas qualidades e potencialidades. As práticas direcionadas a esses sujeitos visavam somente ações compensatórias, assistencialistas que reproduziam pensamentos e atitudes preconceituosas, que ainda estão presentes na contemporaneidade.

Nesta trajetória histórica, a escola se caracterizou por um modelo de educação que delimitava a escolarização como privilégio de um grupo, uma denotação de exclusão que reproduziram a convenção de ordem social (SANTOS, 2012). Porém, com as políticas de inclusão, as pessoas com deficiências são vistas partir de uma ótica transformadora, a pessoa com deficiência é capaz de desenvolver potencialidades, tanto no ambiente escolar quanto no seu convívio social.

No entanto, para que estes sujeitos possam permanecer no ensino regular onde fato construam conhecimentos, enfocando no desenvolvimento de suas potencialidades as Políticas de Educação na perspectiva da Educação Inclusiva, desenvolveu um sistema de ensino denominado Atendimento Educacional Especializado-AEE, no qual segundo Mantoan (2002, p. 14) constitui-se em:

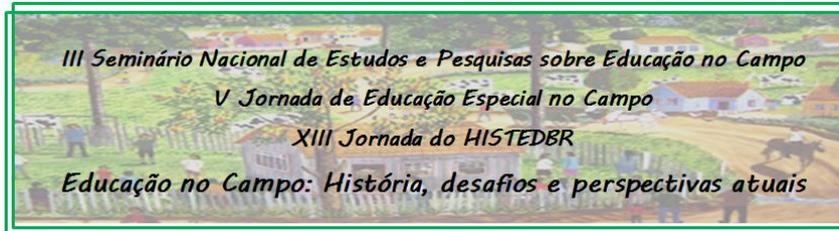
[...] um vetor importante de transformação do ensino especial e comum exigida pela Inclusão, por abordar as diferenças sem apelo às generalizações que as essencializam e que redundam em formulas prontas de atendimento especializado.

Segundo as Políticas de Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), o Atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial que tem por objetivo:

- Identificar elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas,
- O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 10).

De acordo com o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, o Atendimento Educacional Especializado se constitui no “[...] conjunto de atividades, recursos de

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente [...]” (BRASIL, 2011, p. 1).

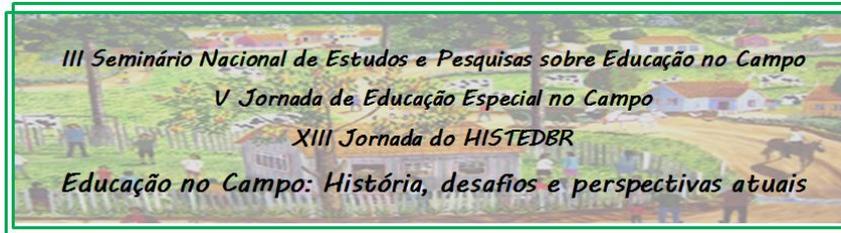
O AEE deve complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ser suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação; deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família e da comunidade; e deve ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2011).

Neste sentido, esse sistema educacional possibilita as pessoas com deficiência um aparato específico, com recursos pedagógicos adequados para estimular e colaborar no crescimento desse sujeito de forma global, isto é esse trabalho deve ser realizado focalizando as atitudes do aluno diante da aprendizagem e propiciar o desenvolvimento de ferramentas intelectuais que facilitarão sua interação escolar e social (GOMES, 2010).

Quanto ao público que devem receber esse atendimento são educandos que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e sociedade, além desses, educandos com transtornos globais do desenvolvimento, incluem-se nesse grupo educandos com autismo, síndrome de espectro do autismo e psicose infantil e educandos com Altas habilidades\Superdotação (BRASIL, 2010).

Esse tipo de prática educacional, preferencialmente deve ser oferecido no ensino comum em todos os níveis de ensino, pois de acordo com proposta da Inclusão, esse ambiente pode favorecer ao educando com deficiência desenvolvimento significativo na área cognitiva, social e afetiva assim como um espaço propício para relacionamento entre seus pares. Porém se não for possível à interação desse estudante na escola comum, por alguma condição do aluno esse atendimento poder ser realizado em Instituições de serviço especializado.

Esse serviço específico tem seus procedimentos pedagógico e metodológico realizado em um espaço denominado Sala de Recursos Multifuncionais, é nesse espaço educativo que são criadas e efetivadas praticas adequada para o desenvolvimento



integral do educando com deficiência, que lhe favoreça melhor rendimento na sala comum e no seu contexto social.

Um fator a ser compreendido sob o Atendimento Educacional Especializado é que ele não substitui o ensino comum, sua função é possibilitar que esses estudantes possam permanecer no ensino comum e usufruir de uma educação de qualidade. O ensino é realizado no turno oposto ao da sala de aula comum, preferencialmente na escola em que o aluno está matriculado.

Quanto ao profissional responsável pelo atendimento tem ter formação específica para atuar que o habilite a lidar com diversas deficiências, sua função organizar situações que favoreçam o desenvolvimento dos alunos, produzindo recursos didáticos e pedagógicos tendo em vista as necessidades específicas em sala de aula (GOMES, 2010).

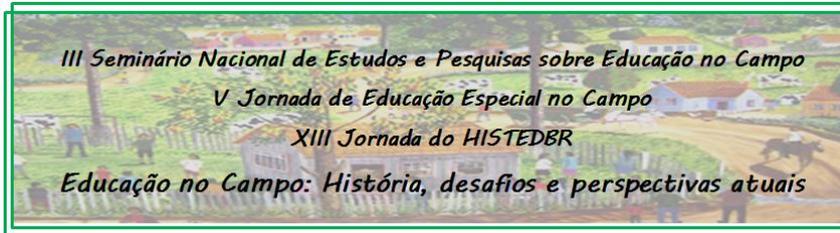
Além disso, os educadores tem estabelecer uma relação dialógica com o professor da sala comum e com a família desses educandos, objetivando a qualidade de educacional e de vida dos mesmos, sendo que o educador tem acreditar em seu potencial, onde suas práticas devem proporcionar de fato a inclusão, acesso ao currículo que contemple suas necessidades.

Enfim, o AEE é um importante dispositivo que visa contribuir para o processo ensino aprendizagem dos educandos com deficiência, sendo que as pratica pedagógicas que são realizadas na Sala de Recursos, com objetividade e comprometimento pode transformar a vida desses sujeitos.

O Atendimento Educacional Especializado em Escolas Ribeirinhas da Amazônia: Desafios e Perspectivas

Educação do Campo vem mostrando a importância e a necessidades de questionar e refletir, sobre o processo educativo dessas pessoas que moram em território rural, devido às diversas problemáticas e especificidades existentes neste contexto.

O processo educativo da Escola Ribeirinha no contexto da inclusão também é alvo de iniciativas e lutas por segmentos que almejam uma educação igualitária e cidadã, são crianças, jovens, mulheres, homens e idosos, em prol de um ideal que



possibilite ao povo do município de Parintins usufruir de uma educação de qualidade na diversidade.

E nesta conjuntura, o acesso de educandos com necessidades especiais é uma realidade em escolas urbanas e do campo. Por isso, ao longo das décadas a educação do campo e educação especial vem reivindicando uma educação específica e indenitária que considere em sua totalidade os modos de organização, cultura e valores das comunidades do campo (CALDART, 2003).

Com base nos princípios inclusivos a educação voltada para aos sujeitos com necessidades especiais não podem ser concebida e efetivada de forma homogênea, as práticas de ensino devem ser contextualizadas, respeitando os ritmos de aprendizagem de cada pessoa, oportuniza-los ao contato com diversos tipos de conhecimentos, haja vista que a pessoa com necessidades especial tem ritmos de aprendizagem limitados, porém não é incapaz.

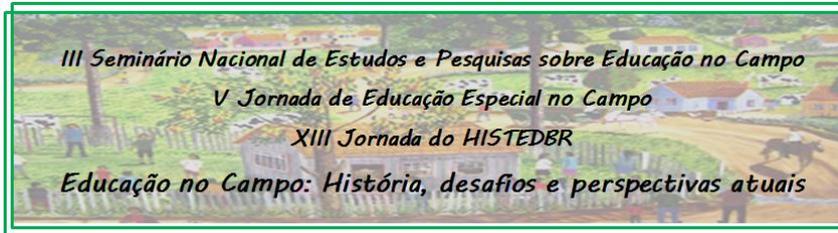
Para que educando obtenha os recursos possíveis para desenvolver um rendimento significativo em sala de aula, é importante que o mesmo frequente o Atendimento Educacional Especializado-AEE, que de acordo com as Políticas que norteiam o processo Inclusivo, esse sistema fornece subsídios adequados, são metodologias específicas que irão contribuir para que o educando com deficiência realize suas funções tanto na sala de aula comum quanto no seu ambiente social (BRASIL, 2010)

No entanto, muitos são os desafios em realizar o Atendimento Educacional Especializado em escola de ensino Básico, fatores como falta de estrutura física e pedagógica, professores despreparados ou com formação insuficiente para realizar práticas pedagógicas dinâmicas e diferenciada.

Nas escolas ribeirinhas da Amazônia os desafios são complexos, onde as Políticas Públicas destinadas ao AEE e as propostas curriculares desenvolvidas nas escolas ribeirinhas nem sempre atende as necessidades desse público; as características peculiares desse espaço de certa forma também implicam na ocorrência dos atendimentos.

A falta de acessibilidade constitui um entrave para o acesso dos estudantes no contra turno para o AEE, pois alguns moram em comunidades vizinhas e a locomoção

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



ainda e precária para aqueles com dificuldade de locomoção: cadeirantes, Múltiplas deficiências, baixa visão ou pessoa cega dentre outras necessidade que limitam este acesso até a escola para frequentar a Sala de Recursos, que é o espaço onde acontece o atendimento.

Tal situação ocasiona fragilidades no processo ensino aprendizagem desses sujeitos, pois os mesmos precisam de todo um arcabouço de conhecimento para que construam conhecimentos, outra realidade concreta, que faz com que muitos educandos não possam frequentar diretamente o AEE, refere-se à família, seus pais ou responsáveis tem que trabalhar, trazer o sustento para família, isso não permite que acompanhe seu filho aos atendimentos, e muitas vezes a escola ou professor não tem recursos para realizar o acompanhamento educacional na residência.

Apesar dessa realidade, as perspectivas são diversas em relação ao AEE, em escola ribeirinha da Amazônia, respeito e compromisso com as pessoas com necessidades especiais, evidenciar que esses sujeitos são capazes de aprender como qualquer outro cidadão, reiterar o direito social desses sujeitos que é o processo de escolarização, insistência na qualidade educacional, e que as ações inclusivas por meio do AEE ressignifique suas práticas criando alternativas inovadoras que valorize globalmente a pessoa com deficiência.

Neste sentido, o AEE em escolas ribeirinhas do município de Parintins com certeza necessita de mais apoio por parte dos governantes, sejam em recursos financeiros ou cursos de formação que qualifique o profissional do AEE a atuar com mais eficiência. Esse sistema educacional pode consideravelmente incitar no processo de ensino aprendizagem desses educandos, por isso é relevante que as práticas de ensino sejam planejadas para que possa alcançar resultados significativos (GOMES, 2010).

O AEE em escola ribeirinha da Amazônia traduz-se em uma alavanca para o processo ensino aprendizagem da pessoa com deficiência, dando-lhes a possibilidade de exercer seu direito que não é somente está na sala comum, mas de aprender, estabelecer relações e produzir conhecimento.

O diálogo com os professores do AEE das escolas ribeirinhas da Amazônia Parintinense

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Os sujeitos que emprestaram suas vozes para compor este estudo, tratam de 2 (dois) professores que atuam na sala do Atendimento Educacional Especializado, sendo 1 (um) da Escola Luís Gonzaga (Comunidade ribeirinha do Santo Antônio do Tracajá) e 1 (um) da Escola Nossa Senhora das Graças (Comunidade do Maranhão). No presente trabalho os mesmos serão identificados com iniciais maiúsculas fictícias, porém aspectos do perfil dos entrevistados podem ser observados na tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Aspectos do perfil dos Professores do AEE que foram entrevistados

Professor	Gênero	Idade	Formação	Tempo que atua como professora Zona Rural	Tempo de atuação no AEE
P.L.S	Feminino	25 anos	Licenciatura em Pedagogia	3 anos	6 meses
L.M.O	Masculino	59 anos	Licenciatura em Ciências Naturais	23 anos	6 meses

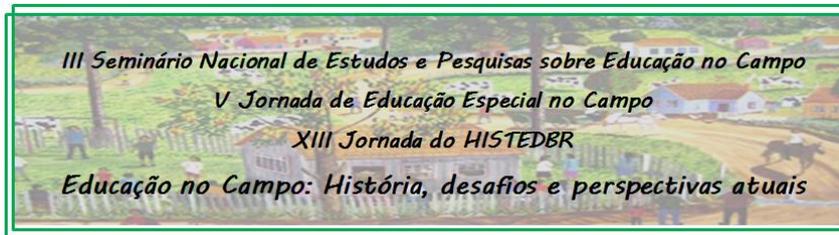
Nessa conjuntura, é importante destacarmos que o professor P.L.Strabalha na escola Luís Gonzaga e o docente L.M.O atua na escola Nossa Senhora das Graças. Assim, com o propósito de refletir sobre o Atendimento Educacional Especializado nas duas escolas ribeirinhas investigadas, questionamentos a princípios aos entrevistados quantas crianças são atendidas na escola e obtivemos as seguintes informações:

Entre crianças, adolescentes e jovens são sete, tem aluno do 2º ano, do 4º ano são duas crianças, do 6º ano é uma criança, do 7º duas e do 9º é uma criança (Professor P.L.S, 2015).
 Na sala de recursos, no momento agora no atendimento especial só tenho (1) um, mais assim dos alunos que não atendem aquela demanda do índice nosso que é mais de 60% aprendizagem eu estou aqui com uma faixa de 86 alunos com um calendário específico todos os dias de segunda a sexta feira, aqui cada aluno é diferente de outro, um está com problema de português, outro de matemática, outro é história, geografia então agente divide pra poder ser atendido no específico de acordo com o planejamento do professor (Professor L.M.O, 2015).

Analisando o relato dos entrevistados, chamamos atenção para os dizeres do professor L.M.O, uma vez que a sala de recurso multifuncional da escola Nossa Senhora das Graças está sendo utilizada também como reforço escolar, uma vez que a mesmaatende estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Entretanto, chamamos atenção que a sala de recurso multifuncional não é para esse público e não é para reforço escolar, a mesma destina-se a educandos com

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



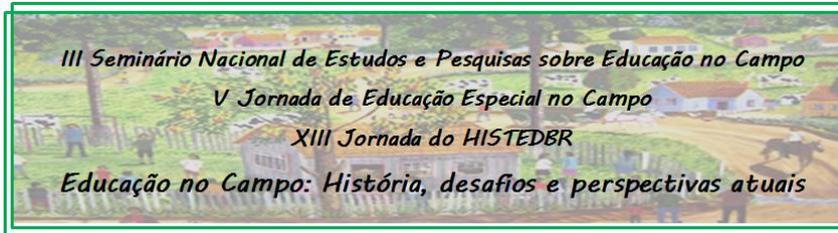
necessidades educacionais especiais inclusos no ensino regular, auxiliando os mesmos a desenvolverem suas potencialidades.

No que se refere às necessidades educacionais especiais dos educandos que são atendidos pelo AEE nas escolas ribeirinhas investigadas, os professores aludiram ser:

Tem o aluno do 2º ano ele tem dificuldade na fala, então ele fala abafado, pra dentro, então é trabalhado. Tem no 4º ano uma aluna que também dificuldades na fala, ela tem questão de respiração ela fala muito, vai falando, vai falando às vezes ela não consegue pronunciar mais nenhuma palavra. Na mesma sala tem outra aluna que tem múltiplas deficiências. No 6º ano temos uma aluna que tem síndrome de Down. Aí vamos pro 7º ano, no 7º ano B temos uma aluna surda e a na mesma sala tem uma aluna com deficiência mental e física. E no 9º ano, temos uma aluna que tem baixa visão (Professor P.L.S, 2015).
Aqui eu atendo esse menino que tem retardo mental e a Fibromastose, as deficiências dos outros alunos é o Déficit de atenção (Professor L.M.O, 2015).

Ao serem indagados como vem acontecendo esse atendimento na escola os professores disseram que este acontece da seguinte forma:

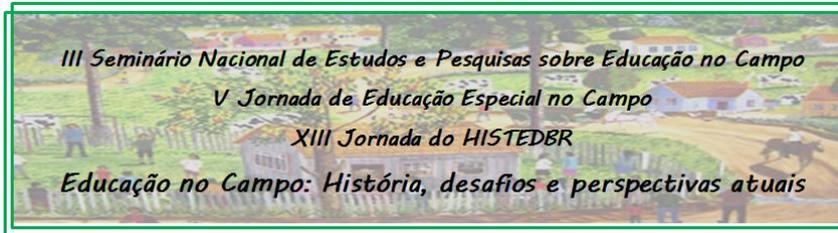
Em relação a sala de recursos esse atendimento, tem aluno que é atendido uma vez por semana e tem aluno que é atendido duas vezes por semana, no caso dos alunos que moram na da comunidade a maioria é atendido duas vezes por semana, por que eles podem vim, e os alunos que não moram na comunidade são atendidos somente uma vez na semana, então esse atendimento tá sendo realizado aqui na sala de recursos com no caso atendimento educacional especializado é diretamente com a necessidade do aluno, no caso da fala, no caso de deficiência mental a adolescente é lenta agente tentar fazer atividades que possa mais, cobrar um pouco mais, que ele possa conseguir, mais aqui temos questões que aluno vem para a sala de recursos agente trabalha e quando retorna já esqueceu, e da mesma maneira acontece na sala de aula o professor trabalha algo hoje e amanhã o aluno esqueceu, então como eu já expliquei oriento também eles em reuniões juntamente quando precisa eu vou lá com o gestor, vou com a coordenadora agente precisa reunir está acontecendo isso, isso. Eu preciso orientar, explicar, dizer como trabalhar com esses alunos na sala de aula pros professores, então esse também é um trabalho realizado, no caso a sala de recursos e eu enquanto professora da sala eu tenho três trabalhos a realizar na escola um é atender o aluno na sala de recurso com atividades, jogos direcionados para as necessidades deles, outro orientar os professores na sala de aula, assim como auxiliares também, orientar como a auxiliar e como o professor, como que eles vão interagir dentro da sala de aula, e também acompanhar os alunos nas suas casas e ver como é que tá o aluno,



conversar com o pai, com a mãe, com a família, irmãos. Então aqui é feito quinzenalmente, antes era feito semanalmente toda sexta feira dia de atendimento, mas como a gente precisa ver se a família está realmente acompanhando esse aluno, se vai acontecer mudança, então agente optou por trabalhar quinzenalmente (Professor P.L.S, 2015). Nós terminando agora, terminando o bimestre agente faz o levantamento desses alunos por nota e todos que estão abaixo agente monta um calendário por série de acordo com o horário, uma hora todos os dias especificamente, de acordo com a gravidade do problema se for preciso ele passar duas horas agente acrescenta duas horas. Mas de modo geral o coordenador orientou que agente fizesse o seguinte aquele que tivesse mais dificuldade em português e matemática são os que mais agente trabalha (Professor L.M.O, 2015).

Outro ponto de merecer ser discutido concerne ao planejamento das atividades escolares dos estudantes com necessidades educacionais especiais, esta ação é imprescindível para que o AEE venha verdadeiramente proporcionar o desenvolvimento da autonomia e das estruturas psicomotoras e cognitivas dos estudantes. Partindo dessa realidade, perguntamos aos entrevistados se eles conseguem realizar um planejamento junto com o professor da sala da comum.

Temos esse entrave, por que alguns professores realmente dizem eu não sei trabalhar, eu não consigo trabalhar e tenho muitas dificuldades, então eu tento orientar, até mesmo professor em Geografia o que eu posso que trabalhar com esse aluno, eles vem perguntar eu vou na sala, pergunto, oriento, procuro saber o senhor tá com alguma dificuldade, se tiver me procure, vocês tem toda autonomia de chegarem lá na sala professora a senhora pode me orientar nisso, essa atividade tá de acordo, olha o meu plano é esse, o conteúdo é esse. Mas tem a questão que tem aluno que não consegue acompanhar o mesmo conteúdo que os outros estão que o professor tá trabalhando na sala de aula, então pra eles são atividades diferenciadas como eu oriento, eu oriento pra Língua Portuguesa textos pequenos, com atividades de pintar, colar, como os alunos tem auxiliar, esse ano tiveram auxiliar então agora dá pra fazer um trabalho bom com eles, basta o professor ali se empenhar porque aqui eu faço a orientação que cabe a mim, mas lá na sala de aula a responsabilidade é do professor, então eu sempre falo isso mesmo ai pra eles também, porque se não acaba ficando sobrecarregada eu, como eu falo pra eles é feito todo um planejamento, tem bimestralmente e diariamente esse planejamento, cada aluno é diferente e tem suas necessidades e tem seus exercícios para se fazer, então eu tenho que fazer trabalho aqui, trabalho ali então qualquer coisa estamos aqui andando juntos, precisamos ficar juntos, senão um trabalha isolado e outro também e aprendizagem que é mais importante não acontece (Professor P.L.S, 2015).



Fazemos planejamento sim, agente faz um planejamento ele acontece da seguinte forma os professores que tem duas cadeiras e ele tem um tempo vago nesse dia, no dia da semana, qualquer um dia ai que todos eles têm duas cargas ele tem um tempo vago ai, e nesse tempo vago agente aproveita como eu lhe falei antecipado, eu planejo antes mostro pra ele de acordo com o plano que agente tem lá, sendo que, por exemplo, o aluno que tá com uma dificuldade num conteúdo, lá o professor vai seguindo lá, mas agente vai acompanhando ele aqui na sala de recurso ele só sai daqui quando ele diz um sinal de ok, enquanto ele não der um sinal de ok ele continua por aqui (Professor L.M.O, 2015).

Os depoimentos apontam que há um planejamento entre os professores do AEE e os professores da sala comum, apesar de que este se constitua em um desafio dentro das escolas ribeirinhas investigada. Nessa perspectiva, é imprescindível que haja a construção do planejamento, por ser um recurso norteador da prática docente, onde o educador poderá melhor realizar seu trabalho. Nos escritos de Machado (2010,p. 61) “o planejamento é sua primeira atribuição,é identificar as necessidades dos alunos de forma a construir um plano de atuação”.

Da mesma forma, as práticas metodológicas utilizadas dentro do atendimento no ambiente escolar são indispensáveis para o desenvolvimento das potencialidades desses sujeitos sociais. Diante disso, realizamos a seguinte indagação: Que atividades ou práticas metodológicas você trabalha com os educandos com necessidades educacionais especiais?

Com a aluna que tem dificuldades na fala, é trabalhado, exercícios orientados pela fonoaudióloga. Com a aluna que tem múltiplas deficiências é trabalhado a questão de concentração, coordenação motora fina, grossa, ampla. Com a aluna que tem síndrome de Down é trabalhado a socialização, ela também é acompanhada pela fono, faz-se trabalhos de coordenação motora, especialmente a coordenação motora fina. Com a aluna surda, ela se comunica comigo através da Libras, faz-se orientações para ela aprender a se comunicar em sala de aula,ajudo ela dizendo que quando ela tiver comunicando em LIBRAS faça com mais calma e não faça muito rápido porque as pessoas não conseguem acompanhar e nem ela consegue acompanhar os professores, Na mesma sala tem a aluna com deficiência mental e física, então ela é mais lenta que os outros ,por isso trabalhos jogos educativos do MEC.Com a aluna que tem baixa visão, ela é uma jovem de dezoito anos,então é mais questão de orientação, de aconselhar ela, ela tem que aprender braile, mas ela não aceita também, ela acredita que ainda vai se curar, mas pelo diagnostico, ela

vai perder realmente, então é mais uma questão de conversa, eu tento conversar com a família, com os pais pra ajudar (Professor P.L.S, 2015).

Jogos do MEC no computador, jogos que a escola tem e os materiais construídos por eles mesmos, porque eu acho que eles aprendem mais quando eles constroem (Professor L.M.O, 2015).

Nesse contexto, é importante enfatizar que durante as observações in lócus, percebemos diferenças nas estruturas físicas e materiais das salas de recursos multifuncionais das escolas investigadas. Na escola Luís Gonzaga, constatamos uma maior numero de materiais, jogos e recursos pedagógicos, enquanto a sala da escola Nossa Senhora das Graças apresenta limitações de recursos materiais.



Fig1: Sala de Recursos da escola L. Gonzaga.
Fonte: Souza, Silva e Amoedo (2015).

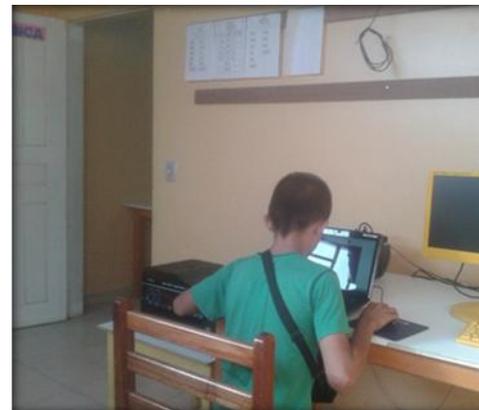
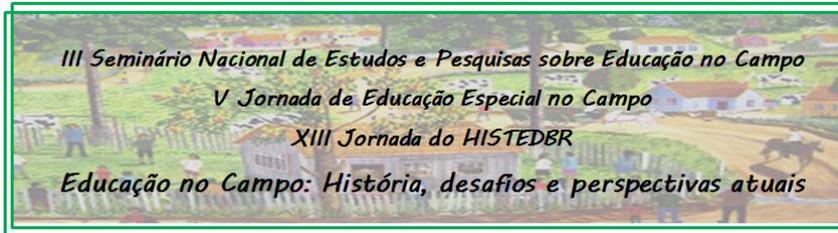


Fig2: Sala de recursos da escola N. S. das Graças.
Fonte: Souza, Silva e Amoedo (2015).

Com isso, aludimos que para os professores do AEE consigam proporcionar atividades para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com necessidades educacionais especiais visando amenizar as barreiras na aprendizagem dos mesmos, é necessário que esses espaços sejam mobiliados com recursos didáticos e pedagógicos, com equipamentos específicos para que os professores consigam realizar um trabalho de qualidade que atenda as especificidades dos alunos das escolas ribeirinhas da Amazônia. Sobre isso Argenta e Sá (2010) afirmam que o atendimento educacional especializado deve dispor do máximo de recursos possíveis para o aluno tenha diferentes opções e possa escolher a alternativa que melhor se adapta as suas necessidades.

Sabemos que a educação especial na perspectiva da educação inclusiva implica uma transformação na formação de professores que necessita se adequar a novos



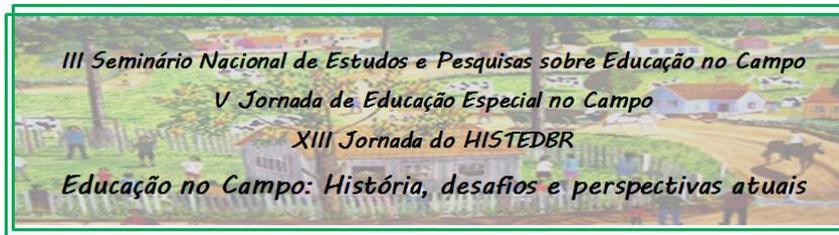
conhecimentos que são próprios do atendimento educacional especializado (MACHADO, 2010). Com base nessa constatação indagamos aos professores do AEE das escolas ribeirinhas investigadas se a Secretaria municipal de educação do município de Parintins tem disponibilizado formação continuada para os mesmo.

Nos anos que eu não participava da sala de recursos, eu participava na cidade que tem a semana da inclusão lá, então eu sempre participei desde quando começou, ano passado eu fiquei somente três dias porque eu tinha um projeto e tinha que voltar para a escola para dar continuidade, neste ano estamos com o intuito de a secretaria vim no mês de Junho aqui conosco nesse sentido mesmo que o entrave é mais em relação a aprendizagem dos alunos com os professores, mesmo orientando ainda fica aquele ai tem medo, não quer se aproximar ou não sabe mesmo trabalhar, então já foi encaminhado esse requerimento pedindo essa formação pra cá onde eles vão trabalhar orientar dessa maneira, então para banda de Junho, dia 5 o gestor já confirmou com eles, provavelmente eles estão vindo aqui fazer essa formação, para atender também os anexos, porque enquanto tem aqui sete alunos que são atendidos na sala de recursos, em outras comunidades também tem alunos, então a família não traz, está sendo trabalhado lá na outra comunidade o professor também eles já vieram aqui já pediram como fazer, como trabalhar com esses alunos, agente procura orientar os professores como fazer, como a escola tem três anexos é bastante professor e aluno para nós orientar e trabalhar (Professor P.L.S, 2015).

Na ultima sexta feira (15 de março de 2015), tivemos uma sobre Educação Inclusiva (Professor L.M.O, 2015).

As vozes dos entrevistados enfatizam que a Secretaria Municipal de Educação do município de Parintins tem possibilitado cursos de formação continuada na perspectiva da Educação Inclusiva para os professores. No entanto, ressaltamos que essa formação precisa acontecer com mais frequência, pois conforme afirma Machado (2010, p. 61):

A formação continuada de professores para o AEE, [...] constitui-se como uma forma de aprofundar conhecimentos e de atualizar as práticas. Esta formação deve estabelecer uma interlocução dos conhecimentos especializados com as situações reais do cotidiano escolar, nas quais o professor possa discutir o atendimento educacional especializado com base nos recursos de acessibilidade e possa, em seguida, atender o aluno.



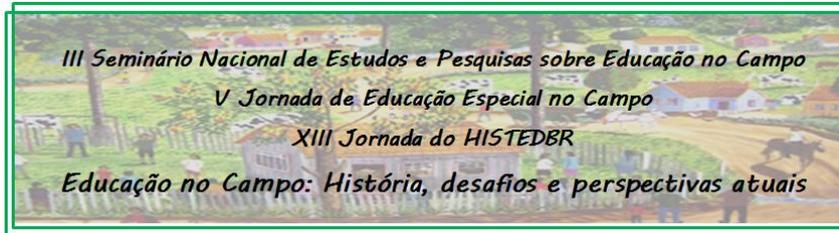
Por fim, questionamos aos professores do AEE quais os desafios enfrentados por eles na realização do atendimento. E suas declarações revelam muitos desafios que perpassam pela ausência da família, dificuldade em fazer o planejamento com os professores da sala comum e a distância geográfica, uma vez que alguns estudantes que residem em outras comunidades ribeirinhas. Tais situações são expressas nas transcrições a seguir:

Em relação ao atendimento a questão é mais a família, existe família que é muito presente, mas tem família que não, a tá doente, às vezes não manda justificar, ai fica difícil trabalhar diretamente, então eu procuro trabalhar na sala de aula comum, procuro fazer leituras no caso dos alunos que são mais lentos que demoram para responder, então a maior dificuldade é essa questão da família outro ponto gritante refere-se aos alunos que residem em localidades fora do ambiente escolar. Tem uma aluna que não mora na comunidade, ela mora na comunidade do Juruá daqui é quase uma hora aí fica difícil da gente tá diretamente acompanhando ela na casa, mas tento acompanhar ela aqui na sala comum (Professor P.L.S, 2015).

Olha o desafio que eu tenho enfrentado aqui na questão desse atendimento é que cada professor eles tem uma maneira de trabalhar e a questão é o planejamento e que agente briga assim no bom sentido de dizer aos professores, por exemplo, que não dá para fazer aquele planejamento individualizado, então tem que trabalhar um planejamento coletivo, então como nós optamos pelo coletivo agente está no nosso calendário de ação, só que é muito longe e isso dificulta então o que eu tenho feito, eu antecipo algumas coisas aqui de acordo como o professor trabalha lá e eu levo pra ele e ele dá o visto dele e agente aplica as atividades desconforme, por exemplo, for o desempenho do aluno a necessidade de tiver que passar dez, quinze ou doze dias isso dependendo do desempenho dele (Professor L.M. O 2015).

Nesses relatos podemos constatar a ausência da família, a dificuldades em realizar o planejamento com os professores da sala comum e as dificuldades de acesso a escola dos estudantes que residem na comunidade ribeirinha onde está inserida a escola, se constituem nos maiores desafios enfrentados na realização do Atendimento Educacional Especializado.

Diante disso, percebemos que realizar o Atendimento Educacional Especializado é um grande desafio para as escolas ribeirinhas da Amazônia, pois além de fatores como ausência da família, falta de estrutura física e pedagógica adequada, professores



qualificados para realizar práticas pedagógicas dinâmicas e diferenciada, a própria geografia e particularidade da região tem influenciado nessa conjuntura.

Considerações Finais

Neste estudo procuramos refletir sobre o atendimento especializado de estudantes com necessidades educacionais especiais na escola ribeirinhas.

As observações revelam que as escolas ribeirinhas vem cumprir o papel educacional que traz a inclusão como fator importante para o processo, e mais que isso a escola realiza o AEE (Atendimento Educacional Especializado), embora na escola Nossa Senhora das Graças a sala de recursos multifuncional também esteja sendo utilizada para o reforço escolar.

Dessa forma, a realização do atendimento educacional especializado em escolas ribeirinhas enfrenta muitos desafios a serem superados, no entanto não podemos negar que a existência desse serviço na educação do campo apesar de suas limitações, representa um novo olhar capaz de subsidiar a emancipação dessa realidade e das pessoas com deficiência que ao longo da história foram esquecidas e marginalizadas.

Todavia, apontamos a necessidade de melhores condições de infraestrutura física e material para os espaços onde ocorra o AEE, formação inclusiva afirmativa para os professores e políticas públicas inclusivistas que possibilitem uma educação emancipadora para esses sujeitos históricos concretos que residem no campo e que encontram nas escolas ribeirinhas uma oportunidade para desenvolver todas as suas potencialidades.

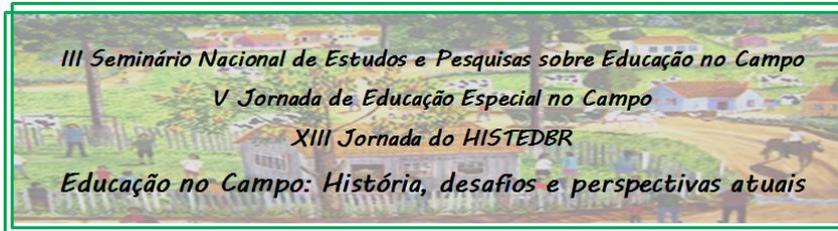
Referências

ARGENTA, Adriana; SÁ, Elizabet Dias de. Atendimento Educacional Especializado de alunos cegos e com baixa visão. In: **Inclusão: R.Educ.esp.**, Brasília, v.5. n.1,p. 58-63, jan/jun. 2010.

BRASIL. **Decreto 7.611/2011**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2015.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



CALDART, Roseli. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica; JESUS, Sonia Meire (Orgs.). **Por uma educação do campo**: contribuições para construção de um projeto de educação do campo. Brasília- DF: Articulação Nacional, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: [-](#). Acesso em: 08 de jun de 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér: O Atendimento Educacional especializado na Educação Inclusiva. In: **Inclusão: R**. Educ.esp., Brasília, v.5. n.1,p. 58-63, jan/jun. 2010.

SANDÍN, Esteban. Maria. Paz. **Pesquisa Qualitativa em educação**: fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010.

MACHADO, Rosângela. Salas de Recursos Multifuncionais: Espaço e organização do Atendimento Educacional Especializado. In: **Inclusão: R**. Educ.esp., Brasília, v.5. n.1,p. 58-63, jan/jun. 2010.

BRASIL, Manual de Orientação: **Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**, Ministério da Educação-Secretaria de Educação Especial 2010. Disponível em www.google.com.br.

BRASIL. Ministério da Educação Secretária de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: -2010.